ENCONTRO NACIONAL DO MP PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É TEMA DE ENTREVISTA NO JORNAL LIBERAL

No dia 01 de setembro do corrente ano a Promotora de justiça Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento a Violência contra a Mulher (NEVM),em entrevista ao jornal liberal falou sobre o VI Encontro Nacional do Ministério Público para Enfrentamento da Violência Doméstica: “Ações estratégicas e Gênero”.

Na oportunidade, esclareceu que o evento irá discutir ações estratégicas de combate e violência de gênero, sendo por isso de interesse para a sociedade em geral. A programação inclui palestras sobre violência de gênero, debates sobre a lei Maria da Penha e discussões penais sobre o assassinato de mulheres. Ainda terá a participação da ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Superior Tribunal Federal (STF), que fará a palestra de encerramento.

O Encontro é uma realização do Ministério Público do Estado do Pará, Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), vinculada ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) e ao Grupo Nacional de Direitos Humanos

VI Encontro Nacional do Ministério Público para Enfrentamento da Violência Doméstica: "Ações estratégicas e Gênero"

Nos dias 02 a 04 de setembro do ano corrente, a capital paraense foi palco do VI Encontro Nacional do Ministério Público para Enfrentamento da Violência Doméstica - *Ações Estratégicas e Gênero*, uma realização do Ministério Público do Estado do Pará, Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), vinculada ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) e ao Grupo Nacional de Direitos Humanos.

É inegável que o referido evento representou um marco para a causa da mulher, uma vez que foi possível estabelecer diretrizes e proporcionar discussões para o aprimoramento da atuação ministerial no âmbito da Lei Maria da Penha.

Entre os temas abordados estão: Violência baseada no gênero; Violência de gênero e Lei Maria da Penha; Feminicídio: Diretrizes da ONU e Ministério Público; Feminicídio e julgamento pelo Júri.No segundo dia os temas foram: Avaliação de risco e Plano de Segurança; Avalição de risco em violência de gênero; Lei Maria da Penha nos Tribunais superiores.

Como palestrantes receberam um grupo de alto nível com participação da ministra do Superior Tribunal de Justiça, de representante da ONU Mulheres e do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher –CEDAW, de ilustres professores e pesquisadores além da participação especial dos movimentos sociais.

A promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NEVM), Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento, que encerrou o evento, avaliou como positivo o VI Encontro, devido aos temas debatidos e à participação de juristas e representantes da sociedade civil. Considerou também primordial para aprimorar a aplicação da lei.

JUSTIÇA CONDENA ACUSADO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO POR VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Tese defendida pelo promotor Franklin Prado do Ministério Público foi decisiva para a condenação do réu.

Em Belém, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através de seu promotor de Justiça Franklin Lobato Prado, atuou no Tribunal do Júri, no último dia 24, que levou à condenação o réu Ediney Conceição de Abreu, acusado do crime de tentativa homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima, contra Raquel Cássia de Oliveira, em agosto de 2011.

O Conselho de Sentença presidido pela juíza Ângela Alice Alves Tuma condenou o acusado a 13 anos de reclusão, no entanto, considerando que a vítima não correu risco de vida e o acusado é réu primário, a juíza estabeleceu que o mesmo cumprirá a pena de 4 anos e 4 meses inicialmente em regime semi aberto, podendo recorrer da pena em liberdade.

O julgamento ocorreu no Salão Orlando Vieira do Júri do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.O MPPA sustentou a acusação de tentativa de homicídio qualificado por violência de gênero, porque vítima e acusado haviam vivido maritalmente por 8 anos e tem uma filha.

"A vitima que foi ameaçada no dia anterior pelo acusado com uma faca, que afirmava que ia cortar o seu pescoço, que era para a vítima ficar sozinha, não arrumar ninguém", explicou Franklin Lobato.

"No dia do fato ocorrido, como não obedeceu sua “ordem”, o acusado estava esperando a vítima na esquina, à noite, quando a mesma desceu da moto de seu atual namorado e foi andando, o acusado já chegou a esfaqueando-a pelas costas e puxando seu cabelo, o acusado esperou seu namorado ir embora para lhe atacar sozinha", frisou o promotor.

Texto: Karina Lopes (graduanda em jornalismo)
Revisão: Edson Gillet